

CNPJ 46.151.718/0001-80

MANIFESTAÇÃO AO RECURSO

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2025 - EDITAL Nº 50/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM DI-VERSOS PARA USO NO CENTRO MÉDICO E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA SECRETA-RIA DE SAÚDE.

PRELIMINARMENTE

Trata-se de recurso administrativo interposto, tempestivamente pela empresa MEDLLIN HOSPITALAR LTDA, e PR LUCCAS TRANSPORTES, doravante denominadas RECORRENTES, quanto a desclassificação por não enviar proposta readequada ou manifestar interesse no item nº 32 em tempo hábil, e quanto a habilitação da empresa A&A GOLD PHARMA INDÚSTRIA LTDA nos itens nº 01, 02 e 03 a qual será denominada RECORRIDA, respectivamente.

1. SÍNTESE DAS RAZÕES DOS RECURSOS.

Pretendem as recorrentes em suma, a revisão do resultado para os itens nº 01, 02, 03 e 32, conforme peças recursais que encontram-se anexadas a este julgamento em sua íntegra.

1.1. SÍNTESES DOS MEMORIAS RECURSAIS.

1.1.1. A recorrente **MEDLLIN HOSPITALAR LTDA**, em suma, traz em suas razões recursais, os argumentos a seguir:

"Inicialmente, durante a sessão pública de lances realizada no dia 24/04/2025, às 08:00, a empresa **MEDLINN HOSPITALAR LTDA** participou regularmente e ficou classificada em segunda colocação para o item nº 32 do pregão eletrônico.

Posteriormente, em decorrência da desclassificação/inabilitação da empresa que ficou em primeiro lugar, a ora Recorrente foi convocada para apresentar proposta realinhada, conforme previsto nos termos do edital.

No entanto, por motivos técnicos relacionados à plataforma eletrônica, houve falha na comunicação e a Recorrente não visualizou a convocação que ocorreu no dia 23/06/2025, ou seja, cerca de 02 (dois) meses após a fase de lances. Assim, não foi possível apresentar a proposta no prazo estipulado, culminando, infelizmente, na inabilitação da Recorrente e consequentemente o item nº 32 foi fracassado.

Todavia, a Recorrente tem total interesse na contratação e dispõe de plena capacidade técnica, jurídica e financeira para cumprir as exigências editalícias, inclusive com preços compatíveis com o mercado.

É, em síntese, o relato dos fatos.

II - DO DIREITO

a) Do interesse na contratação e capacidade da empresa

Primeiramente, a decisão de inabilitação/desclassificação, ainda que amparada na ausência de envio da proposta realinhada, não observou o princípio da razoabilidade, proporcionalidade, formalismo moderado, eficiência, economicidade, supremacia do interesse



CNPJ 46.151.718/0001-80

público e da busca pela proposta mais vantajosa para a administração, vide o artigo 5º e 11, ambos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitação e Contratos).

Nos termos da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), a Administração deve agir com base nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e eficiência. A inabilitação por motivo meramente formal, especialmente quando a falha é passível de correção imediata, afronta tais princípios e prejudica a obtenção da proposta mais vantajosa.

É certo que eventuais falhas técnicas, desde que sanáveis e não comprometedoras da essência da proposta, não podem servir de fundamento isolado para desclassificação sumária da licitante.

A inabilitação/desclassificação da Recorrente, sem a devida consideração da possibilidade de suprimento de falha pontual – que não compromete a lisura nem a competitividade do certame – representa violação ao princípio da razoabilidade, economicidade e à própria eficiência administrativa.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União orienta que, em nome da economicidade e da obtenção da proposta mais vantajosa, a Administração deve privilegiar a busca pela adequação formal antes de optar pela inabilitação/desclassificação.

Assim, a inabilitação ou desclassificação de licitante por falha formal deve ser precedida de oportunidade para o seu saneamento.

A doutrina e jurisprudência, reconhecem que o procedimento licitatório não é um fim em si mesmo, tampouco uma gincana de cumprimento cego de requisitos, mas sim um meio para alcançar a contratação mais eficiente, eficaz e vantajosa para a Administração Pública.

A inabilitação/desclassificação imediata da Recorrente, sem a concessão de oportunidade adequada para ajustes finais, não se coaduna com a moderna concepção do procedimento licitatório como instrumento de seleção da proposta mais vantajosa com observância dos direitos e garantias dos licitantes.

Por fim, a decisão impugnada afronta os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, ampla concorrência e da eficiência administrativa, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, além de comprometer o atendimento ao interesse público.

Assim, a solução juridicamente adequada é a CONCESSÃO de um PRAZO para que a Recorrente APRESENTE A PROPOSTA REALINHADA, de modo a preservar a proposta mais vantajosa à Administração, com observância plena dos princípios da razoabilidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público, conforme consagrados no art. 5º e 11, da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitação).

Requer-se, pois, o acolhimento do presente recurso, com a consequente reabilitação da Recorrente no certame, para que sua proposta realinhada seja regularmente apreciada e julgada."

DO PEDIDO:

- "Diante do exposto, Medlinn Hospitalar LTDA requer-se:
- a) O conhecimento e provimento do presente recurso;
- b) A RECONSIDERAÇÃO da DECISÃO de inabilitação/desclassificação da empresa Medlinn Hospitalar LTDA, por manifesta violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, formalismo moderado, eficiência, econominicade e supremacia do interesse público, nos termos dos arts. 5º e 11 ambos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitação);
- c) Caso, eventualmente, Vossa Senhoria mantenha a decisão, REQUER o encaminhamento do presente recurso à Autoridade Superior, para análise e julgamento;
- d) A reforma da decisão de inabilitação/desclassificação, com o retorno da Recorrente ao certame licitatório, para fins de adjudicação ou continuidade da fase processual cabível."



CNPJ 46.151.718/0001-80

1.1.2. A recorrente **PR LUCCAS TRANSPORTES**, em suma, traz em suas razões recursais, os argumentos a seguir:

"Constam em anexo documentos públicos que apontam que a empresa A&A GOLD PHARMA INDÚSTRIA LTDA encontra-se com medida cautelar ativa registrada pela ANVISA, sob o processo n° 25351.396446/2024-55, que suspende a comercialização, distribuição, propaganda, fabricação e uso de seus produtos cosméticos, inclusive repelentes, por descumprimento de requisitos de licenciamento sanitário.

Tal medida foi amplamente divulgada por órgãos oficiais, inclusive pela Prefeitura Municipal de Ubatuba – SP, que reprovou a amostra de produto enviada pela referida empresa em certame local, com base na suspensão sanitária vigente (Memo nº 215/2025-DVS).

A fundamentação legal da medida encontra-se amparada na própria atuação da ANVI-SA, órgão máximo de vigilância sanitária no Brasil, cuja competência para determinar tais restrições é inquestionável."

DO PEDIDO:

"Não se trata aqui de imputar qualquer infração direta, mas sim de requerer à Comissão julgadora e ao(a) Pregoeiro(a) que se diligencie junto aos órgãos competentes e às fontes oficiais (como ANVISA), para apuração da eventual irregularidade sanitária vigente que recaia sobre a empresa em questão, sob pena de futura contratação de produto ou fornecedor impedido legalmente de atuar, o que geraria risco sanitário e prejuízo ao interesse público.

Ressalta-se que essa mesma empresa tem sido desclassificada em outros certames pela mesma motivação, fato que merece atenção da Administração Pública local, especialmente por se tratar do fornecimento de insumos diretamente relacionados à saúde pública

DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer-se:

Que a presente manifestação seja conhecida como interposição de recurso administrativo, para fins de análise da documentação anexa;

Que a Comissão de Licitação proceda à apuração formal da medida cautelar ativa vigente contra a empresa A&A GOLD PHARMA INDÚSTRIA LTDA;

Caso confirmada a suspensão sanitária e o impedimento de atuação, requer-se a inabilitação da referida empresa, direta à legislação sanitária vigente e aos princípios da legalidade e interesse público."

2. SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo, não houve apresentação de contrarrazões.

3. DO MÉRITO

As razões recursais reúnem condições de admissibilidade, pois foram encaminhadas dentro do prazo recursal concedido na sessão de abertura do certame.

Preliminarmente esclarece-se que não houve irregularidades no andamento do procedimento licitatório, uma vez que a sessão prosseguiu sob o rito comum de quaisquer certames desta Administração.

Ao término da análise de documentos de habilitação e proposta readequada as recorridas foram declaradas provisoriamente habilitadas em aspecto comum, com relação as documentações relacionadas a Proposta Readequada, Habilitações (Cláusulas 9.2.1 ao 9.2.4 do Edital). Sequencialmente, procedeu-se com a concessão de prazos para os documentos e amostras exigidos nas Cláusulas 9.20. e 10 do instrumento Página 3

LABOR BONNIN NATIO

Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

convocatório, salientando que os documentos que foram anexados na Plataforma BLL Compras durante o transcurso do certame, foram encaminhados à Secretaria Requisitante para análise.

Após proceder com as análises o corpo técnico da Secretaria Municipal de Saúde, informou através dos Ofícios disponibilizados nos arquivos do processo na Plataforma BLL quanto as aprovações e reprovações das amostras e documentos apresentados procedendo com as consultas e análises até lograr êxito. Os comunicados foram realizados através de e-mail a todas as participantes, bem como, matéria veiculada no Diário Eletrônico do Município, sendo designada a retomada do certame na data de 05/08/2025 para concessão de prazo recursal às interessadas, nos termos da Cláusula 11 do Edital. Ao retomar o certame e transcorrido o prazo recursal, houve o registro de intenções recursais e posteriormente as peças recursais apresentadas pelas recorrentes.

Findo o prazo para a apresentação de razões recursais e contrarrazões, o Pregoeiro encaminhou à Secretaria Municipal de Saúde os argumentos apresentados pela recorrente **PR LUCCAS TRANSPORTES** para análise e manifestação, considerando tratar-se de aspecto técnico relacionado ao produto ofertado pela recorrida nos itens nº 01, 02 e 03.

3.1. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE MEDLLIN HOSPITALAR LTDA

Quanto aos argumentos da Recorrente, a mesma requer, a reconsideração de sua desclassificação, a qual se deu mediante inércia e não acompanhamento da licitante durante as etapas do procedimento licitatório. Insta salientar que todo o transcurso do certame em epígrafe observou o princípio da publicidade, bem como, as disposições do Instrumento Convocatório, em sua Cláusula 12, a qual destaca-se o subitem 12.2. e seguintes:

- **"12.2.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou comunicado no site oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- **12.2.1.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma BLL, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- **12.2.2.** A nova sessão será realizada em prazo, não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, contados da divulgação do aviso."

Após a finalização da primeira etapa de abertura do certame, ocorrido entre as datas de 24/04/2025 à 28/04/2025, e após a divulgação das aprovações e reprovações de amostras e documentos, as participantes foram comunicadas no chat da Plataforma em 16/06/2025, e veiculada matéria no Diário Eletrônico Oficial do Município na edição nº 928, veiculada na data de 17/06/2025 que a retomada do certame se daria na data de 23/06/2025, a partir das 09:00 horas para proceder com consulta das próximas classificadas nos itens que tiveram reprovações, ocasião em que as participantes foram convocadas para apresentar sua proposta readequada no prazo de até 02 (duas) horas, caso tivessem interesse no respectivo item, nos termos do Edital. Transcorrido o prazo, a recorrente não manifestou-se quanto ao interesse, deixando de providenciar sua proposta e/ou requerer prorrogação de prazo, restando desclassificada no item n º 32. Oportunamente, foi consultada a próxima classificada, a qual também não manifestou interesse no item, deixando de apresentar sua proposta readequada, ensejando por Fracassar o item, em razão de não haver mais proponentes para o item.



CNPJ 46.151.718/0001-80





DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO

Libracyles Controlles

Contractives

Cont

DIÁRIO OFICIAL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO CONTRATAÇÃO DIRITA Nº 92/02/2

SAMANTA Nº 92/02/2

SAMANTA Nº 92/02/2

STANDA DE AUTORIZAÇÃO DE REPUBBLICA DE BIRIQUÍ.

Estado de São Paulo, no uno de combinado le logali. Combinado de la participações legalis. Combinado de la participações pagas combinado de la participações por servições por servições por la 4.133/2021 e 13, parágrafo primeiro, do Decreto Municipal

APOUNDA.

10-IMEDICINA SEGURA DISTAIBUICAO E ### APOUNDA.

10-IMEDICINA SEGURA DISTAIBUICAO E ### APOUNDA.

11-IMEDICINA COMERCO E ARTONO (16-18).

11-IMEDICINA COMERCO E ARTONO (16-18).

11-IMEDICINA COMERCO E ARTONO (16-18).

11-IMEDICINA COMERCO E ANTONO (16-18).

11-IMEDICINA COMERCO E ARTONO (16-18).

11-IMEDICINA COMERCO E ARTONO (16-18).

11-IMEDICINA COMERCO E ANTONO (16-18).

11-IMEDICINA C

13-JOUATRO HOSPITALAN LTDA., item of 37.
14-JOCON COMPACIA HOSPITALAN LTDA. Item of 37.
14-JOCON COMPACIA HOSPITALAN LTDA. Item of 37.
15-JOVANO PRODUTOS HOSPITALANS LTDA.
15-JOVANO PRODUTOS HOSPITALANS LTDA.
15-JOVANO PRODUTOS HOSPITALANS LTDA.
16-JOVANO COMPACIA HOSPITALAN LTDA.
16-JOVANO CO



CNPJ 46.151.718/0001-80

| tegistros da sessão do lote | | | |
|-----------------------------|----------------------------------|--|--|
| | | | mos respeitar o prazo estipulado. |
| 25/04/2025 10:20:15 | MENSAGEM | PREGOEIRO | PARA PARTICIPANTE 132: De acordo, agradecemos o retorno. |
| 30/04/2025 16:53:05 | MENSAGEM | NEO MEDICAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA (PARTICIPANTE 132) | Sr. pregoeiro, boa tarde! Por favor, o prazo de término para amostra se enc erra dia 05/05 também? Temos um feriado nacional durante esse período q ue pode atrasar a entrega, solicitamos a prorrogação de prazo. |
| 5/05/2025 08:36:45 | MENSAGEM | PREGOEIRO | PARA PARTICIPANTE 132: Born dia, informamos que a Secretaria requisitant e decidiu prorrogar o prazo para envio de amostras, por igual periodo, conf orme chat de mensagens do processo. |
| 5/05/2025 16:13:01 | MENSAGEM | NEO MEDICAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA (PARTICIPANTE 132) | Boa tarde! Segue código de rastreio: AC566449629BR |
| 23/06/2025 09:12:39 | DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE | PREGOEIRO | NEO MEDICAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA desclassificado. Motivo: Conf orme julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Saúde, através dos Ofícios anexados na Plataforma. |
| 3/06/2025 09:12:39 | NOTIFICAÇÃO | SISTEMA | O detentor da melhor oferta é MEDLLIN HOSPITALAR LTDA. |
| 3/06/2025 13:37:30 | NOTIFICAÇÃO | SISTEMA | O detentor da melhor oferta é CIRURGICA OESTE PAULISTA LTDA |
| 23/06/2025 13:37:31 | DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE | PREGOEIRO | MEDLLIN HOSPITALAR LTDA. desclassificado. Motivo: Transcorrido o prazo, a participante não providenciou o envio de proposta readequada para assu mir o item. |
| 3/06/2025 15:42:06 | DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE | PREGOEIRO | CIRURGICA OESTE PAULISTA LTDA desclassificado. Motivo: Transcorrido o pr azo, a participante não providenciou o envio de proposta readequada para assumir o Item. |
| 15/08/2025 09:02:09 | MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS | | |
| 5/08/2025 09:45:21 | RECURSO MANIFESTADO | MEDILIN HOSPITALAR LTDA. | Manifesto a intenção de recurso com fundamentos no artigo 165 da lei 141 33/2021 |
| 5/08/2025 10:02:09 | INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS | | |
| 7/08/2025 16:13:18 | ARQUIVO DE RECURSO ANEXADO | MEDLLIN HOSPITALAR LTDA. | Nome do arquivo: Recurso Administrativo - Medlinn - Birigui -SP.pdf |
| 7/08/2025 16:15:46 | RECURSO REGISTRADO | MEDLLIN HOSPITALAR LTDA. | Boa tarde Sr. pregoeiro! Segue em anexo interposição de recurso conforme manifestação em 05/08/2025 as 09:45. |
| 9/08/2025 00:00:16 | RECEPÇÃO DE CONTRARRAZÕES | | |
| 14/08/2025 00:00:17 | JULGAMENTO DE RECURSOS | | |

Diante do exposto, é relevante considerar que a recorrente teve ciência da retomada do certame, sua desclassificação, bem como, as consequentes retomadas da licitação, a qual findou-se somente em 05/08/2025., ocasião em que se deu a concessão de prazo para intenção recursal. É imperioso considerar que a recorrente em momento algum entrou em contato com a Administração solicitando reconsideração da desclassificação em tempo oportuno e viável.

Em análise ao instrumento convocatório, temos:

Cláusula 4.1, alínea d):

- "4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro Oficial, com o auxílio da equipe de apoio e representante da Secretaria Requisitante, que terão, em especial, as seguintes atribuições, nos termos do Art. 8º do Decreto Municipal nº 7.495/2024:
- d) Sanear erros, ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica nos termos do artigo 64, §1º e artigo 71, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;"

Cláusula 4.3:

"4.3. O pregoeiro, agente ou comissão, durante a análise dos documentos, deverá, em sede de diligência, corrigir eventuais erros ou omissões que não comprometam a substância ou a validade jurídica dos documentos. Isso inclui a situação de documentos ausentes, que comprovem uma condição preexistente à sessão, **atendida pelo licitante ao apresentar sua proposta**, mas que não foram anexados por equívoco ou falha."

Cláusulas 7.25.2 e 7.25.4:

- "7.25.2. A proposta de preços readequada e, se necessário, dos documentos complementares, deverão ser anexados na plataforma, ou poderão ser encaminhadas ao e-mail: pregoeiros.birigui@gmail.com, no prazo de até 02 (duas) horas contado da solicitação do pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período mediante solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.25.4. O não cumprimento do acima disposto, no referido prazo, acarretará a desclassificação da proposta vencedora, passando-se assim, para a segunda colocada."



CNPJ 46.151.718/0001-80

Ou seja, não se aplica o disposto acima, uma vez que não houve a apresentação de proposta para eventual saneamento de erro ou falha na etapa oportuna. Considerando ainda que houve a desclassificação de outras proponentes em outros itens pelo mesmo motivo, a reformulação da decisão fere o princípio da isonomia, e da vinculação ao instrumento convocatório.

Cumpre esclarecer que todas as tratativas, negociações, comunicados, concessões de prazos, desclassificações e resultados foram registrados em tempo real no **CHAT de mensagens da Plataforma BLL**, nos termos do instrumento convocatório. Salientando que todas as atualizações referentes ao referido processo são disponibilizados exclusivamente no chat de mensagens para acompanhamento de todos os interessados.

Considerando que as participantes tiveram ciência prévia de que nas respectivas datas e horários, ocorreriam as sessões nos termos do Edital, a ausência ou não do acompanhamento por parte das licitantes não é de responsabilidade desta Administração, uma vez que o silêncio durante os prazos concedidos para eventuais manifestações demonstra o não interesse das participantes de forma tácita

Ao participar de procedimento licitatório, é de responsabilidade das licitantes o acompanhamento de todas as etapas do certame ao qual se propôs participar, não podendo imputar ao condutor, excesso de formalismo, em razão de sua própria inércia no processamento da licitação

Portanto, restou evidenciado que as decisões proferidas no decorrer da licitação não transgrediram as diretrizes normatizadas pela Lei Federal n 14.133/21, bem como, o Instrumento Convocatório, uma vez que o certame transcorreu dentro da legalidade.

3.2. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE PR LUCCAS TRANSPORTES

Em sequência, a Secretaria requisitante, por intermédio dos membros da Portaria nº 41/2023 da Secretaria Municipal de Saúde, manifestaram-se através do **Ofício nº** 479/2025-RNMS/SECSAÚDE(doc.anexo) protocolado nesta Divisão em 17/09/2025, nos termos a seguir:

"Em atenção ao recurso administrativo interposto pela empresa PR Luccas Transportes, CNPJ: 34.848.354/0001-02, referente ao Pregão Eletrônico nº 32/2025, a Secretaria de Saúde esclarece que após consulta detalhada junto a ANVISA, o produto em questão encontra-se inativo, conforme pode ser observado em documentos anexos.

Diante do exposto, a Secretaria de Saúde decide por acatar o recurso administrativo interposto pela empresa supracitada."

No que cabe ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o referido processo seguiu o rito comum em cada uma das etapas do certame. Dentre os demais princípios consagrados no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, destaca-se a **segregação de função**. Neste prisma, considerando que o teor recursal diz respeito a decisão proferida pela Requisitante, o julgamento da matéria se dará pela manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, através de sua Comissão Técnica, observando o disposto no Art.165, §2º, da Lei Federal nº 14.133/21, que traz:

"§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo <u>será dirigido à autoridade</u> que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à



CNPJ 46.151.718/0001-80

autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos."(grifo nosso).

Cumpre salientar, que o teor das razões recursais dizem respeito exclusivamente a aprovação de produtos na etapa de análise de amostras e documentos complementares. Análise a qual, é de competência da Secretaria Municipal de Saúde, correspondendo à área técnica, cabendo à Requisitante assumir a responsabilidade pela decisão, emitindo parecer de sua decisão como o fez.

Finalizadas as análises quanto às peças processuais apresentadas, a Secretaria Municipal de Saúde decidiu pelo PROVIMENTO das razões recursais, cabendo ao Condutor do processo o seu cumprimento.

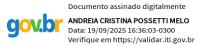
4. DECISÃO

Diante dos fatos apresentados, decide-se pelo CONHECIMENTO dos recursos administrativos apresentados, e no mérito, conforme decisão da Secretaria Municipal de Saúde e demais diligências, decide-se pelo:

- 1) IMPROVIMENTO da razão recursal da empresa MEDLLIN HOSPITALAR LTDA item nº 32, RATIFICANDO a decisão registrada em ATA e na plataforma da BLL, da sessão pública do dia 23/06/2025;
- 2) PROVIMENTO da razão recursal da empresa PR LUCCAS TRANSPORTES, procedendo-se com a desclassificação da empresa A&A GOLD PHARMA INDÚSTRIA LTDA, nos itens nº 01, 02 e 03 do certame.

Nos termos do Artigo 165, II, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, submete-se o presente expediente à Autoridade Superior, a Exma. Sra. Prefeita Municipal, para concordância, e após devolve-se à Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos para divulgação do resultado do julgamento no Diário Oficial do Município.

Birigui, aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco.



Andréia Cristina Possetti Melo Pregoeira Oficial

RATIFICO, nos termos do artigo 165, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos fundamentos apresentados neste julgamento de recurso administrativo.

SAMANTA PAULA
BORNI-3067461983

ALBANI
BORNI-3067461983

Ou=4445487000112, ou=5certainia da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=len branco, cn=5AMANTA PAULA ALBANI
BORNINI:30674619838

BORNI-30674619838

BORNI-30674619838

BORNI-30674619838

Samanta Paula Albani Borini Prefeita Municipal

Página 8 Secretaria de Administração Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

CNPJ 46.151.718/0001-80

Birigui, 16 de Setembro de 2025

Oficio nº 479/2025-RNMS/SECSAÚDE

Ao Sr. Danilo Boa Sorte Pregoeiro Oficial

Assunto: Resposta ao Recurso Administrativo- Pregão Eletrônico nº 32/2025

Em atenção ao recurso administrativo interposto pela empresa PR Luccas Transportes, CNPJ: 34.848.354/0001-02, referente ao Pregão Eletrônico nº 32/2025, a Secretaria de Saúde esclarece que após consulta detalhada junto a ANVISA, o produto em questão encontra-se inativo, conforme pode ser observado em documentos anexos.

Diante do exposto, a Secretaria de Saúde decide por acatar o recurso administrativo interposto pela empresa supracitada.

Silvana R.D. Camargo de Anchieta

Membro da Comissão

Renata N. M. Serra

Membro da Comissão

Marcela Magota

Igor Matheus Viana **Membro da Comissão**

Consultas / Cosméticos - Produtos Regularizados / Cosméticos - Produtos Regularizados

| Detalhes do Produto | |
|--|---|
| Detailed do Froduto | |
| The state of the s | |
| Número do Registro | = |
| | |

| Empresa Detentora | | | | |
|---------------------------------|--------------------------------|------------------------|--|--|
| Número do CNPJ da Empresa | Razão Social | Autorização | | |
| 07.415.503/0001- 77 | A&A GOLD PHARMA INDUSTRIA LTDA | | | |
| UF | Município | Código do Município | | |
| PR | APUCARANA | 410140 | | |

Número do Processo 25351.029070/2024-76 Grupo do Produto PRODUTO PARA O CORPO SEM FINALIDADE ESPECÍFICA - GRAU 1 Nome do Produto SPRAY REPELENTE DE INSETOS COM ICARIDINA ATÉ 4H DE PROTEÇÃO ACTION Forma Física do Produto LÍQUIDO Situação do Produto INATIVO

| Local de Fabricação | | | | |
|---------------------------------|--------------------------------|------------------------|--|--|
| Nacional | | | | |
| Número do CNPJ da Empresa | Fabricante | Nº da Autorização | | |
| 07.415.503/0001- 77 | A&A GOLD PHARMA INDUSTRIA LTDA | 4.03.717-1 | | |
| UF | Município de Fabricação | Código do Município | | |
| PR | APUCARANA | 410140 | | |

| Aprese | entação | |
|--|--|--|
| Destinação do Produto | Período de Validade do Produto | |
| COMERCIAL | 24 MESES | |
| Restrição de Uso/Venda | Cuidados de Conservação | |
| RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM | CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NÃO SUPERIOR A 40°C) | |
| Embalagem Primária | Embalagem Secundária | |
| FRASCO DE PLÁSTICO COM VÁLVULA SPRAY | PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA | |

Voltar

Consultas / Produtos Irregulares / Produtos Irregulares

Resultado da Pesquisa

Produto (Lote)

DEMAIS PRODUTOS COSMÉTICOS (TODOS OS LOTES FABRICADOS ATÉ 25-11-2024) SPRAY REPELENTE DE INSETOS 4H DE PROTEÇÃO ACTION (TODOS OS LOTES FABRICADOS ATÉ 25-11-2024)

Empresa

A&A GOLD PHARMA INDUSTRIA LTDA

CNPJ

07.415.503/0001-77

Endereço

RUA LEONILDO CHIAPPINA Nº 93 APUCARANA PR

Assunto

70458 - COSMÉTICOS: Produto sem Registro/Empresa com AFE

Número do Processo

25351.396446/2024-55

Medidas Cautelares

Expediente

1472409/24-0

Situação da Medida Cautelar

Ativa

Assunto

70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Número do DOU

211

Número da Resolução

4030

Data da Publicação

31/10/2024

Data da Resolução

29/10/2024

Ações e Atividades

ATIVAS

Suspensão: Comercialização

Apreensão, Distribuição, Propaganda, Fabricação, Uso

Motivação

Considerando que a empresa não possui licenciamento sanitário descumprindo o art. 2º e parágrafo único do art. 51 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º e 7º da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976.

Voltar